Conversando com a Comunidade

Gustavo Simas

Educação como prioridade

Em fase de deliberações finais para o início das obras, a revitalização e ampliação da Escola Municipal Dorvalino de Oliveira é uma conquista para nossa Coréia. É a certeza de que é preciso persistência e trabalho diário para alcançar objetivos. Importante ressaltar a integração dos que querem o melhor para a nossa comunidade. Parceria de sucesso AMACOR +Padre Adilson+Professora Clailda

Serviços em geral

Continuamos empenhados na instalação das manilhas (manilhas que já estão no local há cerca de 18 meses - conquista nossa na época).

Temos comprometimento do setor na Prefeitura que a obra será iniciada no próximo mês.

Também solicitamos a verificação da rede de iluminação para a reposição das lâmpadas, bem como capinha e limpeza das ruas e decisões. Nossa voz será ouvida. Não assistiremos.

Celebração

No dia 1 de dezembro, Domingo. A partir das 13 horas. Proximo a Escola Dorvalino.Estaremos realizando nosso encontro festivo com a comunidade. Momento de solidariedade e fraternidade, também de agradecer é compartilhar as conquistas que obtivemos neste ano de 2019 . Seguiremos juntos porque a Coréia somos todos nós.

Em frente

Acredito que com o trabalho de cada um...em um contexto de integração e União...teremos a cada dia um bairro melhor para nossa gente.

Vamos Coréia.

Jornal da Cidade

Editado por: E & E Editora Sumidouro Ltda.
CNPJ: 05.515.745/0001-07
Endereço: Rua Yeda, 257 - Gr.01- Tijuca - CEP: 25.975-560
Teresópolis-RJ - Tel.: (21) 9595-4911 - Cel.: (21) 9634-4189
Diretor/Editor: José Carlos Costa Mattos - Zagalo - MTb 25.889-RJ
Departamento Jurídico:
Drº Cristiano Rebello Menezes - OAB-RJ 132975
e-mail: jczagalo.jornal@Gmail.com
Impresso na A Tribuna de Niterói (Editora Esperia Ltda) - Tel.: (0xx21) 2719-1497 - Rua Prof. Heitor Carrilho, 350 - Centro - Niterói-RJ - CNPJ 30.108.948/0001-26 - Resp. Luiz Amora.
Circulação: Teresópolis, Sumidouro, Carmo, Duas Barras, Além Paraíba, Sapucaia, Magé e Guapimirim.
Obs: as matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não externando a opinião da direção do jornal.
Os colunistas não possuem vínculo empregatício com o Jornal.
10% de venda em bancas e 90% de distribuição gratuita

Christino destina R$ 13,3 milhões para desenvolvimento da agropecuária no Estado

Extensão, mobilidade e infraestrutura rural serão áreas contempladas

Com objetivo de detalhar os recursos destinados para o desenvolvimento da agricultura estadual, o deputado federal Christino Áureo participou nesta semana de encontro na sede da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ) com o secretário estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA), Marcelo Queiroz, o presidente da FAERJ, Rodolfo Tavares, e representantes das empresas vinculadas como EMATER-RIO, PESAGRO-RIO, FIPERJ E CEASA. O encontro teve como objetivo a apresentação do planejamento estratégico das instituições.

Na ocasião, o deputado destacou a inclusão de emendas de sua autoria que visam atender aos segmentos de Mobilidade Rural, Extensão Rural, Infraestrutura Rural, Desenvolvimento Sustentável e outras áreas importantes para o aquecimento da economia no interior. Entre recursos coletivos e individuais, o deputado destinou R$ 13,3 milhões para o setor agropecuário fluminense.

- A minha luta pelo desenvolvimento da agricultura no Estado continua firme na Câmara dos Deputados. Além de destinar recursos de emendas individuais e coletivas para a Secretária de Agricultura e suas vinculadas, ainda destinei verbas orçamentárias para a Embrapa, municípios e outras instituições que contribuirão para o desenvolvimento do segmento no nosso estado – afirmou o deputado.

Só para a secretaria de Agricultura, foi destinado mais de R$ 4 milhões, sendo mais de 3,5 milhões para o custeio e 500 mil para investimentos. Municípios também serão contemplados. O deputado alocou verbas de R$ 8,7 milhões para a infraestrutura rural do interior e R$ 500 mil serão destinados à Embrapa, já que a empresa brasileira de pesquisa colabora de forma fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias no campo. Segundo Christino Áureo, outras instituições ainda serão beneficiadas.

Através da Comissão de Agricultura da Câmara, as proposições de Christino Áureo fizeram ainda com que estas pautas importantes para o agricultor fluminense fossem contempladas. Em todo país, a mobilidade rural deverá contar com investimentos de R$ 250 milhões, a extensão rural R$ 250 milhões, e o desenvolvimento sustentável R$ 600 milhões.

- À frente da Agricultura estadual, pude constatar o quanto uma estrada rural colabora para o escoamento da produção, e o quanto

um serviço de extensão rural bem estruturado pode mudar a vida do agricultor. Por isso, defendemos com tanto afinco mais investimentos para estes segmentos, e contei com a parceria de muitos deputados nesta empreitada. Nosso objetivo é transformar a vida do pequeno produtor do país – explicou.

Após a palestra do deputado, os trabalhos seguiram com a apresentação do planejamento estratégico da secretaria e suas vinculadas. O evento contou com a participação da presidente da EMATER-Rio, Stella Romanos, da Pesagro-Rio, Paulo Renato Marques e da Fiperj, Raphael Riodades de Mendonça.

** Assessoria de Imprensa Christino Áureo*

Projeto ratifica divisão da Região Metropolitana para garantir repasse para os municípios

Estado - A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em discussão única, nesta terça-feira (19/11), o projeto de lei 1.624/19. A proposta ratifica a divisão da Região Metropolitana sem os municípios de Petrópolis, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, conforme a Lei 2.664/96. A medida é necessária para garantir a distribuição sem alterações dos 25% do ICMS que cabem aos municípios, distribuído segundo critérios do Índice de Participação Municipal, que levam em conta a região onde a cidade está localizada.

Os três municípios haviam sido incluídos na Região Metropolitana em dezembro de 2018, com a aprovação do projeto que ampliou o Bilhete Único Intermunicipal. A medida será encaminhada ao governador Wilson Witzel, que terá até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.

O projeto não altera as regras do Bilhete Único. A mudança foi necessária para garantir o repasse do ICMS aos municípios da região metropolitana que perderiam recursos com a inclusão das três cidades. Segundo estimativas dos parlamentares, só o município de Nova Iguaçu deixaria de receber cerca de R$ 20 milhões no próximo ano.

O projeto é dos deputados André Ceciliano (PT), Luiz Paulo (PSDB), Carlos Macedo (PRB), Flavio Serafini (PSol), Renata

Souza (PSol), Martha Rocha (PDT), Waldeck Carneiro (PT), Eliomar Coelho (PSol), Renan Ferreirinha (PSB) e Zeidan Lula (PT). Na justificativa, eles explicam que, ao emitir decreto sobre a distribuição do imposto, o governo considerou os três municípios como parte da Região Metropolitana, o que diminui o percentual arrecadado pelo restante das cidades.

** ALERJ/Comunicação*

Agora é lei: política de desenvolvimento rural sustentável é criada no Estado do Rio

Estado - A Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e de Produção Orgânica será instituída no Estado do Rio. É o que determina a lei Nº 8.625/19, dos deputados Bruno Dauaire (PSC), Flávio Serafini (PSol) e Waldeck Carneiro (PT), que foi sancionada pelo governador Wilson Witzel e publicada pelo Diário Oficial do Executivo nesta terça-feira (19/11).

Os principais objetivos da norma são fomentar os sistemas agrícolas do Estado do Rio e oferecer produtos saudáveis à população, além de incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos, com ênfase nos mercados locais e regionais. O regulamento também estipula a criação do Conselho de Produção de Orgânicos, composto por integrantes dos poderes públicos municipais e estadual, além de produtores rurais e pesquisadores.

A política contemplará o Plano Estadual da Produção de Orgânicos, que deverá identificar os produtores e planejar ações para expandir a agropecuária orgânica fluminense, além do zoneamento da produção de orgânicos, com o objetivo de proteger as áreas de cultivo e realizar obras de infraestrutura na zona rural. Ainda segundo a lei, os produtos orgânicos comercializados no Estado do Rio deverão ser identificados e certificados por órgão estadual competente.

Para implementar as ações da norma, poderão ser utilizados os recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam). O Governo do Estado também poderá realizar convênios e receber doações de instituições e empresas. Para financiar a política, a proposta autoriza ainda a criação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável e à Produção Agroecológica e Orgânica. De acordo com o projeto, o Governo do Estado poderá contratar produtores rurais para fornecer alimentos a refeitórios de unidades públicas estaduais, como os hospitais e às escolas públicas do Rio. O Executivo também poderá conceder incentivos fiscais para o desenvolvimento da agropecuária orgânica.

A gestão da política ficará a cargo da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA). "As práticas orgânicas são positivas porque estão comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. Os produtos orgânicos não utilizam substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. O objetivo é criar políticas públicas que integrem os programas já existentes e que auxiliem os produtores familiares orgânicos no aumento de sua produção", explicou Bruno Dauaire.

** ALERJ/ Foto: Thiago Lontra | Texto: Comunicação Social*